RBTCC
e-ISSN: 1982-3541
Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva
ABPMC
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO

Uma Leitura Comportamentalista Radical das Dissidências Sexuais: Entre Ciência e Política

A Radical Behaviorist Reading of Sexual Dissidence: Between Science and Politics

Una lectura conductista radical de las disidencias sexuales: entre ciencia y política

RESUMO: A sexualidade humana tem sido historicamente controlada e normatizada por instituições, que operam tanto por práticas coercitivas quanto pelo estabelecimento de valores para a sociedade. Partindo de teses comportamentalistas radicais, argumentamos que, embora a Análise do Comportamento tenha sido associada a práticas discriminatórias contra minorias, também pode oferecer fundamento (e.g., antimentalismo e contextualismo) para práxis politicamente engajadas com populações de dissidências sexuais. O objetivo do estudo é, então, examinar elementos da teoria comportamentalista radical que podem sustentar uma práxis analítico-comportamental politicamente engajada com populações sexualmente dissidentes. Buscamos, ainda, contribuir para uma psicologia social comportamentalista radical, examinando os valores que atravessam sua produção científica e discutindo seu potencial contracultural. Para isso, (1) problematizamos o essencialismo em gênero e sexualidade; (2) revisitamos os usos da tecnologia comportamental e os seus efeitos; (3) sintetizamos a dimensão societal de tais categorias e (4) apresentamos uma compreensão multidimensional das orientações sexuais. Defendemos que tais discussões evitam reducionismos individualizantes e situam categorias, como gênero e sexualidade, como posições relacionais frente a cisheteronormatividade, favorecendo a resistência como fenômeno coletivamente construído.

Palavras-chave: Análise do comportamento; Sexualidade; Gênero; Política.

ABSTRACT: Human sexuality has been historically regulated by institutions that operate both through coercive practices and through the establishment of social values. Drawing on radical behaviorist theses, we argue that, although Behavior Analysis has been associated with discriminatory practices against minorities, it may also offer a foundation (e.g., antimentalism and contextualism) for politically engaged praxis with sexually dissident populations. The aim of this study is, therefore, to examine elements of radical behaviorist theory that may support a politically engaged behavior-analytic praxis with sexually dissident populations. We also seek to contribute to a radical behaviorist social psychology by examining the values that permeate its scientific production and by discussing its countercultural potential. Thus, we (1) problematize essentialism in gender and sexuality; (2) revisit the uses of behavioral technology and their effects; (3) synthesize the societal dimension of these categories; and (4) present a multidimensional understanding of sexual orientations. We argue that these discussions avoid individualizing reductionisms and situate categories such as gender and sexuality as relational positions within cisheteronormativity, thereby fostering resistance as a collectively constructed phenomenon.

Denise Silveira Barbosa [1]
Cândido Rocha Flores Júnior [2]
Débora de Nez de Melo [3]

[1] Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC Londrina
[2] Universidade Federal do Pará (UFPA)
[3] Psicóloga Clínica em consultório particular

Correspondente
* denise.sbarbosa@pucpr.br

Dados do Artigo
DOI: 10.31505/rbtcc.v28i1.2267
Recebido: 25 de Janeiro de 2026
1º Decisão: 26 de Junho de 2026
Aprovado: 01 de Julho de 2026
Publicado: 03 de Julho de 2026
Editor-Chefe: Dr. Fábio Henrique Baia
Editor Adjunto: Dr. Fábio Henrique Baia
Editor Associado: Emerson Ferreira da Costa Leite
Estagiário: Lucas Medeiros de Paula

Como citar este documento
Barbosa, D. S., Flores Júnior, C. R., & Melo, D. N. (2026). Uma Leitura Comportamentalista Radical das Dissidências Sexuais: Entre Ciência e Política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva,* 28, 129-146. https://doi:10.31505/rbtcc.v28i1.2267

CC BY OPEN ACCESS
É permitida a distribuição, remixe, adaptação e criação a partir deste trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Keywords: Behavior analysis; Sexuality; Gender; Politics.

RESUMEN: La sexualidad humana ha sido históricamente regulada por instituciones que moldean la conducta mediante coerción y valores compartidos. A partir de tesis conductistas radicales, argumentamos que, aunque el Análisis de la Conducta ha sido asociado a prácticas discriminatorias contra minorías, también puede ofrecer fundamentos (por ejemplo, el antimentalismo y el contextualismo) para una praxis políticamente comprometida con poblaciones sexualmente disidentes. El objetivo del estudio es, entonces, examinar elementos de la teoría conductista radical que pueden sustentar una praxis analítico-conductual políticamente comprometida con poblaciones sexualmente disidentes. Buscamos, además, aportar a una psicología social conductista radical al examinar los valores que atraviesan la producción científica y su potencial contracultural. Para ello, (1) criticamos el esencialismo en género y sexualidad, (2) revisamos tecnologías conductuales y sus efectos, (3) sintetizamos la dimensión societal de estas categorías y (4) proponemos una comprensión multidimensional de las orientaciones sexuales. Sostenemos que este recorrido evita reduccionismos individualizantes y sitúa género y sexualidad como posiciones relacionales dentro de la cisheteronormatividad, favoreciendo la resistencia como fenómeno construido colectivamente.

Palabras clave: Análisis de la conducta; Sexualidad; Género; Política.

O exercício da sexualidade humana em sociedades generificadas foi historicamente controlado e normatizado por instituições. Mais especificamente, a sociedade capitalista atual conta com aspectos normativos regulados pela Igreja e por instituições médicas e científicas. Sob uma perspectiva comportamentalista radical, tais instituições exercem e ampliam seu controle por meio de práticas coercitivas, mas também pelo estabelecimento de valores e pelo treino de repertórios específicos (Skinner, 1953/1965). Neste texto, nosso objetivo é examinar elementos da teoria comportamentalista radical que podem sustentar uma práxis analítico-comportamental politicamente engajada com populações sexualmente dissidentes e vinculada a um entendimento complexo e historicizado a respeito das orientações sexuais. Com isso, argumentamos que o comportamentalismo pode contribuir para uma compreensão sobre sexualidade e gênero que desvincula tais categorias de perspectivas essencialistas ou da noção de uma natureza humana a-histórica.

Cabe destacar nosso compromisso em somar esforços à construção de uma psicologia social comportamentalista radical, ao problematizar as implicações ético-políticas das propostas da Análise do Comportamento, e orientar interpretações que lidem com a mediação entre os fenômenos comportamentais e as dimensões históricas e políticas das contingências e disputas que organizam a vida coletiva (ver Flores Júnior et al., 2024). Inspirados pelo histórico questionamento apresentado por James Holland (1974), de se, afinal, "serviriam os princípios comportamentais aos revolucionários?", gostaríamos de fomentar o debate sobre a questão: "serviriam os princípios comportamentais às populações dissidentes?". Com tal discussão, esperamos fortalecer uma agenda teórico-prática coerente com a análise crítica de ideias e conceitos importantes para a compreensão das orientações sociais, bem como sustentar intervenções engajadas com a transformação de contingências opressivas que impactam a vida de populações sexualmente dissidentes.

Considerando os debates acerca do modo como a Análise do Comportamento já tratou a homossexualidade em seus estudos, por vezes apresentando essa orientação sexual como um desvio da norma social, somado às discussões éticas

a respeito das práticas da área com grupos dissidentes (Carvalho et al., 2013; Maio & Lopes, 2024), este ensaio parte da perspectiva skinneriana de que a confusão teórica produz confusão prática, especialmente quando alguns temas carecem de debates e refinamentos conceituais na área, como é o caso da orientação sexual. Nesse sentido, para que a discussão e as normativas éticas não surjam sempre a reboque de críticas por práticas nocivas ou por demandas institucionais de regulamentação profissional (Sellers et al., 2025), somaremos às discussões não dissociando teoria, prática e o compromisso ético-político da Análise do Comportamento diante das dissidências sexuais e de gênero.

Para cumprir nosso objetivo, propomos um percurso de debate que contempla os seguintes aspectos: 1) uma reflexão sobre a questão do essencialismo na compreensão sobre gênero e sexualidade, 2) a retomada dos usos da tecnologia comportamental e seus efeitos para populações dissidentes, 3) uma proposta de síntese comportamentalista radical para a dimensão societal de gênero e sexualidade e 4) uma proposta de compreensão multidimensional acerca das orientações sexuais. Com este percurso, pretendemos apontar que somente com um exame cauteloso dos valores que constroem a ciência (e.g., valores dos cientistas, objetivos, vinculações) que se pode estar em melhores condições de que esta não seja cooptada para fins de manutenção de contingências opressivas.

Dissidências de gêneros e sexualidades: o problema do essencialismo

A dissidência sexual e de gênero é entendida como o não alinhamento de pessoas e/ou grupos ao modelo social hegemônico que estabelece linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (Braga et al., 2020; Butler, 2003; Miskolci & Pelúcio, 2006). Em outras palavras, a dissidência coloca em xeque os binarismos de gênero como as noções de feminino/masculino e de sexualidade heterossexual/homossexual como categorias necessárias, fixas e opostas. Uma leitura radicalmente antiessencialista, tende a situar a sexualidade e as identidades LGBTQIA+ como produtos históricos e culturais, e não como expressões de uma natureza interna, fixa ou biologicamente determinada.

Ainda que o antiessencialismo pareça uma perspectiva interessante aos grupos dissidentes, a questão suscita debates e divergências (Ferreira, 2013). O essencialismo pode ser entendido como um tipo de reducionismo da complexidade do mundo a "uma suposta verdade ou essência interior" (Weeks, 2010, p. 40) dos objetos ou dos seres. A noção de essência pressupõe imutabilidade, ou seja, a impossibilidade de modificação de algo, e, quando tratamos de sexualidade humana, o essencialismo se apresenta em expressões como "eu nasci assim", uma perspectiva que afastaria o julgamento social sobre o que poderia ser uma escolha e, portanto, modificada (Sousa Filho, 2012). O uso do essencialismo como explicação da sexualidade é adotado por parte do movimento LGBTQIA+ brasileiro, segundo Ferreira (2013), e a estratégia tem a função de obter aceitação social e direitos civis, ainda que isso despolitize o movimento comprometendo o confronto às normas, às violências e também a possibilidade de transformação social.

Convém lembrar que o essencialismo é, em grande medida, produto de discursos científicos normatizadores sobre sexualidade e gênero, que historicamente trataram a dissidência em relação à heteronormatividade como perversão moral, doença, insanidade ou desequilíbrio biológico, em vez de compreendê-la como variação historicamente selecionada do comportamento humano (Dionísio, 2021; Eagly & Mladinic, 1989; Mizael & de Rose, 2017). Uma vez que os resultados e consensos veiculados pela ciência produzem efeitos relevantes

na organização social e na vida cotidiana, é possível compreender a adesão ao essencialismo biológico por parte de grupos dissidentes como tentativa de, por meio do alinhamento a um discurso hegemônico, mitigar violências sofridas.

Em contrapartida, a concepção de uma natureza não fixa ou essencial do gênero e da sexualidade frequentemente abre espaço para práticas de busca por causas, "reorientação sexual" ou "cura". Mizael (2018) observa que a investigação da gênese da homossexualidade, recorrente em estudos comportamentais até a década de 1970, já implicava um tratamento patologizante da dissidência à norma heterossexual, dado que a gênese da heterossexualidade não era objeto de investigação. O receio às práticas institucionais normatizadoras é o que explica a adoção de parte do movimento LGBTQIA+ ao essencialismo. Tal receio tem lastro na história da Análise do Comportamento, na forma das terapias de reorientação sexual. Ainda que tais práticas estejam em desacordo com o comportamentalismo radical e com uma perspectiva crítica da ciência como agência controladora que não se produz a partir da neutralidade (Lopes & Laurenti, 2016), elas ocorreram e recuperá-las é relevante para contestá-las e não repeti-las.

Usos da Tecnologia Comportamental e seus Efeitos para Populações Dissidentes

As declarações skinnerianas acerca das potencialidades da ciência do comportamento para a previsão e o controle do comportamento (Benetelli & Laurenti, 2025) expressam um compromisso central do autor e de sua obra: o de que a ciência deve produzir meios de intervenção sobre problemas humanos. Esse compromisso foi, ao longo da consolidação da ciência do comportamento, ora assumido de forma explícita, como na defesa de que a Análise do Comportamento é necessária para a transformação de culturas que reforçam práticas sexistas em culturas orientadas pela justiça, equidade e suporte (Baires & Koch, 2020), ora tensionado, como no clássico questionamento acerca de se os princípios comportamentais serviriam aos projetos revolucionários (Holland, 1974).

Desse compromisso também decorreram usos problemáticos das tecnologias comportamentais, como procedimentos de modificação do comportamento e de aprendizagem respondente voltados à alteração da orientação sexual de pessoas que não se enquadram na cisheteronormatividade. Vale destacar o caráter unilateral: o comportamento-alvo desejado deveria ser compatível com o que se entende por cisheterossexual, qualquer prática ou identificação diferente deveria ser a ela convertida. Tais práticas se estenderam até o início dos anos 1980, com o movimento para a despatologização da homossexualidade e a consequente retirada dos manuais diagnósticos (Luz & Toresan, 2020).

As terapias de reorientação sexual, especialmente populares na década de 1970, compreendiam procedimentos aversivos e supressivos (como a punição por excitação por pessoas do mesmo sexo) e o recondicionamento em condições de ensino da excitação do paciente frente a estímulos inicialmente "neutros" (heterossexuais), apresentados logo após a masturbação, visando o recondicionamento orgásmico (reforçador). Maio e Lopes (2024) destacam os problemas de natureza teórico-metodológica e ético-políticas das intervenções que baseadas em uma suposta neutralidade científica, sustentavam a legitimidade desses procedimentos com base no voluntarismo do paciente, na autonomia individual e em uma objetividade clínica.

Os percursos argumentativos da Análise do Comportamento favoreceram, em certos momentos, leituras cientificistas que concentram no cientista o controle de contingências sem adequada discussão

ética, como as descritas no parágrafo anterior. Contudo, há outros caminhos possíveis: como destaca Laurenti (2012), a epistemologia skinneriana também possui uma leitura pragmatista que justifica o conhecimento como prática social, orientando o projeto científico à previsão e ao controle, desde que acompanhados de uma discussão ético-política que os direcione à produção de mudanças sociais e ao apoio a projetos menos opressivos.

Embora as proposições skinnerianas tenham oferecido instrumentos importantes para a crítica de práticas coercitivas, das agências de controle e das condições culturais que produzem sofrimento, sua formulação sobre o papel da ciência e do cientista parece, em alguns momentos, preservar certa confiança na possibilidade de que o planejamento cultural, orientado pelo conhecimento científico, pudesse contribuir para a solução de problemas humanos. Essa confiança não implica uma posição acrítica ou meramente tecnocrática, já que sua obra também envolve uma reflexão sobre valores, controle aversivo e exploratório e consequências sociais das práticas culturais. No entanto, autores posteriores, como Holland (1978), radicalizam a discussão ao deslocar o problema para o próprio lugar político ocupado pelo cientista.

Para Holland (1978), o cientista não está fora das relações de poder que analisa e, por isso, pode atuar tanto na explicitação das contingências de dominação quanto, ao contrário, na sua dissimulação. Assim, seu papel não deveria ser compreendido como o de planejador privilegiado da cultura, mas como o de alguém que contribui para tornar visíveis as variáveis e contingências que sustentam relações de dominação. Se, a partir disso, iniciativas de contracontrole surgirem, elas virão do "povo" e não de um projeto científico iluminador (Pessotti, 2016).

Tentativas de destacar as dimensões ético-políticas nas discussões analítico-comportamentais como essas não tiveram condições históricas e materiais de serem feitas amplamente no campo dos estudos sobre sexualidade. Outros campos, como estudos em política (Davis, 2017) e sobre gênero (Sartor & de Jesus, 2022) trilham um caminho que pode abrir portas para uma discussão sobre sexualidade. Na literatura feminista da área, por exemplo, a contestação dos princípios de neutralidade e objetividade já é campo comum, como em Pinheiro e Mizael (2019, 2023), à luz do que também já acontece nas Teorias Feministas de forma mais ampla (e.g., Harding, 2012, 2017), assim, explicitando que, para que a ciência tenha um fim útil, é necessário que os projetos que subscreve e os valores e compromissos que assume sejam esquadrinhados. Aqui, a importância da dimensão ético-política é imprescindível para evidenciar que, como prática verbal de cientistas, uma teoria é produto, também, da sua época e dos pressupostos filosóficos e morais que controlam o comportamento dos cientistas (Skinner, 1957).

No campo da Análise do Comportamento, a compreensão de fenômenos relevantes para a população LGBTQIA+ desenvolveu-se em uma comunidade historicamente marcada por práticas sexistas, LGBTfóbicas e excludentes. Ainda assim, há esforços teóricos que buscam articular o comportamentalismo radical a projetos sociais menos opressivos, como exemplifica Ruiz (1995) ao destacar convergências com a teoria feminista e o papel de práticas verbais na produção de contingências emancipatórias. Em especial, dados demonstram um aumento ocorrido na última década no comprometimento dos textos da Análise do Comportamento brasileira com pautas de populações historicamente oprimidas, como minorias de gênero, raça e sexualidade (Flores Júnior & Laurenti, 2025).

Trabalhos como os de Fazzano et al. (2020), que buscam as produções da área sobre questões relacionadas à comunidade LGBTQIA+; Nicolodi e

Arantes (2019), que contextualizam a noção de patriarcado; Fontana e Laurenti (2020), que analisam a cultura de dominação masculina; Zin et al. (2022), que buscam interpretar de modo contextual a construção de identidades trans; e Dionísio (2021), que versa sobre a binegatividade, são esforços que aproximam a Análise do Comportamento de um exame do contexto social de produção dos discursos científicos, bem como das práticas interventivas, de maneira a destacar as condições e os compromissos assumidos. Isso pode contribuir para que os próprios analistas do comportamento estejam atentos às variáveis que controlam suas produções e práticas profissionais e que possam estabelecer solo para uma comunidade verbal capaz de selecionar práticas menos opressivas.

A implicação desse tipo de apropriação vai além de mero rebuscamento teórico: além de se apropriar dos princípios comportamentais básicos para a explicação de seus fenômenos (e.g., relações e análises funcionais, contingência de reforçamento, punição etc.), um programa de pesquisa que considere as preocupações de grupos dissidentes pode criar as contingências verbais necessárias para explicitar os significados elipsados percebidos apenas pelos excluídos e por aqueles que vivem subordinação e opressão, afinal, como sintetiza Wolpert (2005):

A ciência, como ferramenta, é tão boa quanto as perguntas que faz. Para isso, é útil ser "o outro". Os ambientes são invisíveis para quem neles é privilegiado; não vemos o que não vemos. A ciência ocidental não é isenta de valores; ela tem feito, majoritariamente, as perguntas do patriarcado. Precisamos fazer perguntas diferentes e, para isso, mulheres da classe trabalhadora, mulheres racializadas, lésbicas, mulheres muito jovens e idosas, mulheres com deficiência e aquelas que estão fora da academia precisam ter acesso. (p. 189)

Laurenti e Lopes (2022) destacam o potencial contracultural da Análise do Comportamento para questionar valores e práticas culturais dominantes e contribuir para projetos de organização social menos excludentes. Ao explicitar pressupostos como o antiessencialismo, a multidimensionalidade e o antimentalismo, a área pode romper com lógicas normativas que sustentam explicações reducionistas da sexualidade humana, frequentemente ancoradas na biologia ou na psicologização dos fenômenos.

O empreendimento em busca de uma compreensão acerca da ideia de orientação sexual, por vezes, guarda uma tese popular de que é possível chegar a uma descrição em termos estáveis e permanentes: uma justaposição entre os eixos gênero e sexualidade, que a depender das combinações, formariam arranjos diferentes. Tais eixos, porém, em si, também são de difícil estabilização. Uma compreensão relacionista e contextualista acerca de orientações sexuais implica em uma leitura que, necessariamente, situa esse fenômeno no campo do comportamento, da contingência, da relação no mundo, e não um dado a priori. A implicação disso é que se interrogam teses tradicionais sobre a orientação sexual e outros aspectos da identidade humana serem inatos ou aprendidos; por exemplo, quando a própria Psicologia ou Análise do Comportamento sugere uma bissexualidade inata (Malott, 1996).

Sexualidade, como um aspecto do comportamento humano, é relação com o mundo e só pode, portanto, ser entendida como tal, nas suas relações e sensibilidades filogenéticas e ontogenéticas, mas também na relação que estabelece em outras temporalidades, além do indivíduo. O comportamento é mutável, fluido e evanescente (Skinner, 1953/1965), e gênero, identidade e sexualidade, como fenômenos que envolvem dimensões comportamentais, também o são: contingentes e de difícil imobilização.

Cabe destacar aqui, todavia, que não se

defende, necessariamente, que a sexualidade é experimentada – ou vivenciada – de maneira fluida por todos os indivíduos; entender a fluidez como possibilidade de existência de diferentes modos de ser não pode recair em questionamentos ou invalidação sobre as constâncias em experiências no campo da sexualidade. Em outras palavras, a fluidez não pode admitir o apagamento de orientações sexuais de lésbicas, bissexuais, gays ou assexuais.

A transformação social no contexto brasileiro exige, além da revisão de compromissos teóricos e ético-políticos e da análise de a quem servem as práticas adotadas, a consideração do papel da comunidade verbal. Isso se aplica tanto à própria constituição da ciência e da prática analítico-comportamental quanto aos processos de resistência de populações historicamente oprimidas. O reconhecimento e a descrição das relações de poder podem colocar uma pessoa em melhores condições para desenvolver repertórios de mudança de tais relações (Silva, 2021). Nesse sentido, a análise dos repertórios individuais que possibilitam a alteração das contingências que sustentam relações injustas integra um projeto teórico-político comportamentalista comprometido com a resistência à opressão, no qual autoconhecimento, autocontrole e contracontrole constituem categorias centrais para compreender as possibilidades de mudança das condições que controlam o comportamento (Flores et al., 2021; Malacrida & Laurenti, 2018; Silva, 2021).

Todavia, é preciso considerar uma dimensão que também contemple uma temporalidade e nível de análise além do individual. A comunidade verbal exerce um papel-chave no treinamento desses repertórios e, também, na constituição desse campo supra-indivíduo. Para além dos limites de um corpo, da temporalidade do nível individual-ontogenético, as práticas culturais devem ser examinadas, pois podem contribuir para a compreensão dos determinantes sociais das condições de subjugação (Fontana & Laurenti, 2020) de populações dissidentes e marginalizadas, como a população LGBTQIA+.

Uma proposta de síntese para a dimensão societal de gênero e sexualidade

Compreendendo que as orientações sexuais são manifestações de uma estrutura societal mais ampla, que organiza as relações de gênero, e que o isolamento da área em relação aos estudos sociais configura um erro histórico a ser evitado, podemos agora sugerir uma síntese teórica para a noção de orientação sexual na Análise do Comportamento que tenha fundamento em uma compreensão da realidade sócio-histórica que produz as identidades sexuais. A cientista social australiana Raewyn Connell (1995/2005) identifica gênero como um modo de organização social do campo reprodutivo da vida em nossa sociedade. Podemos melhor compreender essa formulação a partir da relação entre as organizações sociais do campo produtivo e do campo reprodutivo.

A estrutura societal que costumamos chamar como gênero na sociedade contemporânea é uma forma social específica das sociedades de classes, nas quais as relações de produção são organizadas de modo a garantir a exploração de um grupo social sobre outro (Lessa, 2012; Saffioti, 1987). Nas sociedades pré-agrícolas, o trabalho destinava-se às necessidades do grupo, não gerando recursos excedentes. Com o desenvolvimento das tecnologias produtivas e o advento da agricultura foi possível um aumento da produtividade. O trabalho de uma única pessoa passa a produzir um excedente em relação àquilo necessário para a sua sobrevivência. Isso permite que a riqueza excedente seja utilizada para o investimento em recursos para o aumento da produtividade. Nessa configuração, vigiar e controlar o comportamento de outros indivíduos passa a possibilitar um maior acesso à riqueza do que trabalhar diretamente. Então, são criados modos de interação social voltados à

administração do excedente produtivo, e não à produção em si. A separação da sociedade em classes e a instauração de relações de exploração promove necessariamente a existência de disputas e conflitos de interesses entre indivíduos da mesma sociedade. Por um lado, a solidariedade entre membros da classe dominante e o resto da população é impedida pelo conflito resultante da exploração; por outro, a união em solidariedade e coletividade por parte dos grupos explorados torna-se uma ameaça à continuidade do controle por parte da classe dominante. É nesse contexto que a família se destaca da vida coletiva: o trabalho produtivo promove conflitos, mas a sociedade permanece dependendo do trabalho reprodutivo para a sua própria existência. Assim, a instauração da família monogâmica passa a ser algo comum às sociedades de classe como resultado da impossibilidade da coletivização das atividades reprodutivas, como os cuidados aos indivíduos vulneráveis ou adoecidos, a alimentação, a moradia, e a criação e educação das crianças.

Desse modo, as relações de exploração do trabalho produtivo promovem uma dinâmica de exploração do trabalho reprodutivo: uma parte da sociedade se volta fundamentalmente ao trabalho produtivo organizado por meio da sociedade de classes, enquanto outra parte da população fica responsável por se dedicar ao trabalho reprodutivo. A atual divisão de gêneros na sociedade é, portanto, consequência da separação da sociedade em classes. Mais especificamente, o patriarcado passa a ser organizado como um modo de exploração por parte de um grupo social (os homens), sobre o trabalho reprodutivo de outro grupo social (as mulheres) (Saffioti, 1987). Desse modo, podemos melhor compreender o que significa definir gênero como um modo de organização social do campo reprodutivo. Sob essa perspectiva societal e histórica, retomamos a definição de Connell (1995/2005):

> Gênero é uma forma pela qual a prática social é ordenada. Nos processos de gênero, a condução cotidiana da vida é organizada em relação a uma arena reprodutiva, definida pelas estruturas e processos corporais da reprodução humana. Essa arena inclui excitação sexual e relações sexuais, parto e cuidado infantil, diferenças e semelhanças corporais entre os sexos. (p. 71)

Agora, definido o gênero em sua dimensão societal, podemos considerar qual o papel da Análise do Comportamento ao lidar com o tema. Como teoria psicológica, a Análise do Comportamento deve se voltar a como as estruturas societais participam da vida concreta dos indivíduos. Na vida concreta das pessoas, o gênero se apresenta como: (a) a posição específica (ou as posições específicas) que a pessoa ocupa nessa estrutura societal, em suas hierarquias e dinâmicas de poder; (b) as práticas culturais relacionadas à posição que a pessoa ocupa nas relações de gênero; e (c) os efeitos dessas práticas na construção da subjetividade.

Laurenti (2023) apresenta uma proposta comportamentalista radical de compreensão da subjetividade como contextualizada, pluralizada, politizada e multidimensional. A subjetividade é contextual na medida em que se constitui nas relações entre a pessoa e o seu mundo, seus contextos sociais e não sociais; e é plural e política, na medida em que é na relação com outros que é modelada e disputada. Por fim, a subjetividade é multidimensional, pois envolve (1) um corpo, que fornece condições materiais, mas é moldado e interpretado historicamente; (2) uma pessoa, como repertório comportamental único, formado nas interações sociais; e (3) um self ou uma identidade, no sentido de como, por meio da linguagem, a pessoa aprende a se descrever, sentir e pensar sobre si.

No sistema de gênero da sociedade atual, subjetividades são moldadas por meio de práticas de

gênero, o que podemos nomear como o processo de *cisgenerização* (Zin et al., 2022). Este processo é voltado à produção e distinção de dois modos de existência: a feminilidade e a masculinidade. As pessoas e as instituições agem diferencialmente de acordo com as designações sexuais (comumente regulada pelo discurso médico) e o enquadramento (ou não) das pessoas à normatividade. A essa normatividade nas estruturas de gênero, é designado o termo *cisheteronormatividade*. A cisheteronormatividade diz respeito aos padrões de existência do mundo conforme as práticas de gênero em uma dada cultura. Trata-se de uma hierarquia de poder que garante a dominação masculina por meio da normatividade e garante privilégios dentro da própria normatividade. O Quadro 1 sintetiza a lógica da cisgenerização anteriormente delineada:

Quadro 1. *O Quadro 1 organiza questões analíticas relacionadas ao processo de cisgenerização em três dimensões: corpo, pessoa e self. A primeira coluna apresenta a dimensão analisada e sua breve descrição conceitual; a segunda coluna reúne perguntas orientadoras que permitem examinar como práticas sociais, verbais e institucionais participam da produção de subjetividades generificadas.*

Cisgenerização: o processo por meio do qual nossas subjetividades são moldadas pelas práticas de gênero para a produção de dois modos de existência (feminilidade e masculinidade)	
Dimensões e breve descrição	**Perguntas orientadoras para exame das práticas que participam da produção de subjetividades generificadas**
Corpo: conjunto de condições materiais da existência do organismo, moldado e interpretado historicamente pelas práticas sociais.	Como as pessoas agem diferencialmente em relação ao meu corpo? Como meus contextos estão adaptados às capacidades do meu corpo? Como o discurso médico determina a expectativa de funcionamento do meu corpo? Que capacidades são mais ou menos desenvolvidas na minha história de vida? Com quais aspectos do meu corpo aprendo a me relacionar e estar consciente? Quais aspectos do meu corpo aprendo a rejeitar ou a não estar consciente?
Pessoa: repertório comportamental singular, constituído na interação entre organismo e ambiente social.	Quais das minhas condutas são valorizadas ou rejeitadas pelas pessoas? A quais aprendizados eu tenho acesso ou deixo de ter acesso? Quais modelos de conduta recebo incentivo para seguir? Como uma mesma ação é interpretada diferencialmente de acordo com o meu gênero? Com quais aspectos do meu repertório aprendo a me relacionar e estar consciente? Quais aspectos do meu repertório aprendo a rejeitar ou a não estar consciente?
Self: repertório verbal-reflexivo por meio do qual a pessoa aprende a descrever, sentir e pensar sobre si.	O que eu tendo a ouvir sobre quem eu sou ou quem eu deveria ser? Quanta autonomia eu tenho para definir quem eu sou e quem eu gostaria de ser? Quais ideias, palavras e símbolos aprendo a relacionar a mim? Quais comparações são feitas em relação a mim? O que me ensinam a pensar, sentir e falar sobre mim? O que me ensinam que não devo pensar, sentir e falar sobre mim?

Outro aspecto fundamental para a compreensão do impacto das práticas de gênero na vida das pessoas está no modo como as relações de gênero são fundamentalmente relações de conflito, e produzem tensões ao modo como as pessoas conseguem construir seus modos de existência sob tais condições. Poderíamos assumir que haveria algo de contraditório em mulheres se identificarem com o feminino e construírem identidades cisgênero, afinal, como posso me identificar com uma normatividade que é feita para me oprimir? Ou ainda poderíamos questionar: como é possível que algumas mulheres cisgênero sejam vistas em algum tipo de posição de poder frente a pessoas transgênero ou a outras mulheres que não se enquadrem nos padrões de feminilidade? Como

pode uma mulher estar em uma posição de privilégio em um sistema voltado à exploração das mulheres? Tais cobranças quanto a contradições supostamente individuais tendem a recair de maneira ainda mais explícita sobre pessoas transgênero binárias, aquelas cujo modo de existência se enquadra na identidade de gênero oposta àquela que foi designada a elas pela medicina no seu nascimento. Levantam-se questões: como posso me encaixar em uma norma de gênero que não é aquela que foi estabelecida como norma para mim? Buscar a identificação com outro gênero não é um modo de fortalecer estereótipos? É mesmo possível circular entre posições de privilégio e opressão no sistema de gênero?

Para não cometermos o equívoco de, por partimos de um campo psicológico, tratar como uma questão do indivíduo algo que diz respeito a conflitos societais, precisamos ter a clareza de quatro teses fundamentais: (1) a contradição é dada pelo sistema de opressão, não pela pessoa singular; (2) a realidade sócio-histórica nos impõe modos de vida possíveis e viáveis dentro de seus sistemas, e o modo de existência em uma sociedade generificada sempre está em relação às práticas de gênero; (3) o sistema de opressão é organizado de uma forma em que necessariamente se produz convergências e dissidências; e (4) o sistema de opressão incentiva convergências e violenta dissidências. É apenas sob esse olhar que resulta da compressão complexa e historicamente situada dos processos e das práticas que produzem o gênero que podemos olhar para as dissidências não como algo estranho a ser explicado pela ciência, mas como um dos resultados de relações violentas de opressão e exploração; as mesmas relações que produzem os modos de existência normativos.

Definindo orientações sexuais de modo multidimensional

Mesmo sob sociedades de classes, diversas formas de organizar o desejo e a prática sexual foram possíveis ao longo da história humana. O modelo específico de família nuclear produzido pelo sistema de gênero hegemônico atual é resultado de necessidades particulares da sociedade capitalista e é organizado por uma normatização específica da sexualidade. A sociedade burguesa envolve alguns aspectos particulares, como a radicalização do enfraquecimento das relações comunitárias; o esfacelamento do direito consuetudinário e da possibilidade de as populações viverem a partir de seu vínculo histórico com a terra; a intensificação da individualização da vida; e a acumulação de capital como fundamento societal (para uma análise comportamentalista mais extensiva dessas particularidades históricas, ver Guerin, 2021). Nessa configuração, a família nuclear monogâmica ganha importância para regular a herança das elites, garantindo a acumulação de capital. Para a classe trabalhadora, a família nuclear cumpre o papel de compartimentalizar a garantia de sobrevivência material dos indivíduos via salário; além de compartimentalizar o consumo por unidade doméstica. Trata-se, afinal, de um sistema de produção que organiza a sociedade via trabalho remunerado e por relações monetárias, enquanto o trabalho reprodutivo feminino é *um trabalho não remunerado.*

É somente sob essa configuração societal que faz sentido falarmos no amor romântico conforme compreendido atualmente: em uma lógica de realização de aspirações individuais entre um homem e uma mulher, sob a conjunção do desejo sexual, de aspirações românticas e da construção de condições materiais da vida a partir da unidade do casal. Junto a essa configuração, é produzida também a heterossexualidade, como uma forma de normatização do desejo e de organização da família nuclear e monogâmica sob a sociedade capitalista.

As categorias de orientação sexual são produzidas, portanto, sob relações de gênero em geral, e sob as relações de gênero

cisheteronormativas do capitalismo, em específico. Elas distinguem identidades sociais formadas pela convergência ou pela dissidência das normativas da sexualidade nessa sociedade, e não por características intrínsecas ou internas dos indivíduos. Para definirmos um modo analítico-comportamental de compreender as categorias da orientação sexual sob o rigor da nossa realidade sócio-histórica, enfim, é importante que aprendamos a distinguir fenômenos que a configuração atual da família monogâmica, da heterossexualidade e do amor romântico nos ensinaram a compreender como uma coisa só. Precisamos aprender a distinguir: (1) libido, (2) desejo sexual, (3) atividade sexual, (4) romanticidade e (5) a sexualidade como identidade política.

A noção de *libido* diz respeito à motivação sexual experienciada em eventos fisiológicos. Trata-se de uma atividade do corpo que, embora possa vir a configurar uma variável relevante para uma diversidade de relações comportamentais, não se define pela relação funcional com uma certa classe de estímulos antecedentes ou consequentes. Em outras palavras, poderíamos dizer que *a libido não tem um objeto definido*. Por tratar de condições corporais e eventos fisiológicos, a libido ainda é influenciada pela história e pelos contextos de vida da pessoa, e é por meio de relações sociais que a pessoa irá se sensibilizar e dar significado a estes processos de seu corpo, mas são fenômenos que estão em um nível de análise diferente do comportamento operante, comumente enfocado pela Análise do Comportamento.

O *desejo sexual* é a motivação sexual produzida por algo ou alguém (que exerce um papel de evento motivador), ou que orienta nossa ação a algo ou alguém (ao aumentar seu valor reforçador). Trata-se de um fenômeno condicional, no qual podemos identificar relações com aspectos específicos do ambiente que controlam nossa motivação. No caso, expressamos frases como "eu sinto desejo por...". Esse desejo é fundamentalmente um produto da história pessoal e é impactado pela construção das diferentes dimensões da subjetividade: corpo, pessoa e self. A noção se relaciona com a libido, mas se refere a fenômenos diferentes.

Nossa cultura tende a tratar libido e desejo sexual de maneira indistinta. E, de fato, na experiência de grande parte das pessoas esses processos podem parecer indistinguíveis. Um importante subsídio para delimitar melhor esses fenômenos vem de experiências dissidentes, como é o caso do relato de pessoas assexuais que vivenciam nenhum ou quase nenhum desejo sexual direcionado a alguém, sem que isso envolva alterações nas funções sexuais de seu corpo (ver Chen, 2020). Profissionais da saúde costumam fazer perguntas como: "sua libido está alta ou baixa ultimamente?". Essa questão não se direciona a uma relação com estímulos específicos do ambiente, mas a variáveis motivacionais fisiológicas relacionadas à vida sexual. Certas alterações de libido comumente são tratadas como condições para intervenção médica, *e não devemos tratar variações do desejo sexual da mesma forma*. Confusões desse tipo podem levar a más práticas, como tratar a assexualidade como uma disfunção sexual, ou então intervir supondo uma falta de libido em mulheres heterossexuais que, na realidade, estão experienciando relacionamentos insatisfatórios e desestimulantes para o seu desejo por seus parceiros.

A *atividade sexual* diz respeito aos comportamentos engajados via motivação sexual ou a comportamentos culturalmente identificados como práticas sexuais. Neste caso estamos falando em comportamentos que estão relacionados a variáveis motivacionais sexuais na história do próprio sujeito ou na história de sua cultura e comunidade. A atividade sexual pode ser individual ou envolver outras pessoas e pode ter diferentes relações com a libido ou com o desejo.

A *romanticidade* é um repertório complexo e produzido por circunstâncias sócio-históricas muito específicas. Trata-se da disposição motivacional para o engajamento em práticas identificadas com o amor romântico na sua cultura. Longe de poder ser descrito de maneira unitária ou com base em eventos discretos, a romanticidade envolve interações sociais complexas, que nem sempre envolvem necessariamente a libido, o desejo sexual ou atividades sexuais. Em geral, a romanticidade tende a estar mais relacionada com valores compartilhados, e as perspectivas de si e do outro e sobre a vida em longo prazo.

Considerando todas essas categorias, qual é o lugar da sexualidade como categoria política? Em primeiro lugar, precisamos reconhecer que nessas relações entre realidade societal e subjetividade, há a produção de identidades via identificação ou subversão da normatividade. Nessa sociedade, a construção da subjetividade passa pela interação com os diferentes aspectos da sexualidade por meio da regulação (ou do controle) sobre a libido, o desejo sexual, a atividade sexual, as relações românticas e as identidades. Essa circunstância levou à produção histórica de comunidades identificadas por experiências comuns com a cisheteronormatividade. Afinal, a definição de categorias específicas de identidade sexual só faz sentido a partir da reivindicação de pautas comuns a certos grupos sociais (uma comunidade política).

A cisheteronormatividade é regulada sob alguns pressupostos: (1) o desejo sexual de homens cisgêneros exclusivamente por mulheres cisgêneros; (2) O desejo sexual de mulheres cisgêneros exclusivamente por homens cisgêneros; (3) a construção de relações românticas entre homens e mulheres (cisgêneros); e (4) a dominação do homem sobre a mulher. Nesse cenário histórico no qual nos situamos, e apenas nesse cenário histórico, as categorias sociais de "orientação sexual" passaram a ser identificadas (mas não reduzidas) pela união de três fatores: o desejo sexual, a romanticidade e as identidades de gênero. Isso nos permitiria definir, por exemplo, a orientação sexual de lésbicas como dizendo respeito a mulheres com desejo sexual ou romântico por mulheres, e não por homens. Gays seriam homens com desejo sexual ou romântico por homens, e não por mulheres. Bissexuais seriam pessoas para quem o gênero não é um fator determinante do desejo sexual ou romântico. É importante notar que, nessa caracterização, tendências pessoais, preferências e frequências sexuais não importam para a definição da bissexualidade.

Nesse sistema de definições, as pautas da assexualidade são de especial importância, uma vez que é no interior do debate dessa população que as distinções entre libido, desejo e prática sexuais são feitas com maior facilidade, e como parte definidora da própria comunidade. Nessa caracterização, alossexuais seriam pessoas que experienciam o desejo sexual com frequência e intensidade consideradas típicas em sua cultura. Assexuais seriam pessoas que experienciam o desejo sexual com pouca ou nenhuma frequência e intensidade; essas pessoas podem experienciar desejo sexual em circunstâncias específicas ou raras. Desse modo, pessoas assexuais podem ou não ter interesses românticos, e podem ou não praticar atividades sexuais de maneira consensual. A assexualidade não diz respeito diretamente à libido, e não pode ser confundida com uma disfunção sexual ou uma aversão ao sexo. O quadro a seguir sintetiza a discussão:

Quadro 2. *Categorias definidoras das orientações sexuais no cenário contemporâneo*

Orientação sexual: produção de comunidades identificadas por experiências comuns com a normatividade da sexualidade.	
Libido	● Motivação sexual experienciada em eventos fisiológicos.

	● É uma atividade do corpo. ● Não é imediatamente relacionada a algo ou a alguém. ● Não é condicional a aspectos específicos do ambiente.
Desejo sexual	● Motivação sexual produzida por algo ou alguém ou orientada a algo ou alguém. ● É condicional, está relacionado a aspectos específicos do ambiente. ● Está conectado com a libido, mas se distingue. ● É construído na história pessoal.
Atividade sexual	● Comportamentos engajados via motivação sexual ou comportamentos culturalmente identificados como práticas sexuais. ● Pode ser individual ou envolver outras pessoas. ● Pode ter diferentes relações com a libido ou o desejo.
Romanticidade	● Disposição motivacional para o engajamento em práticas identificadas com o amor romântico na sua cultura. ● Envolve interações sociais complexas. ● Não envolve necessariamente libido, desejo ou atividade sexual.
Sexualidade como identidade política	● Produção de identidades via identificação ou subversão da normatividade. ● Produção de comunidades identificadas por experiências comuns com a cisheteronormatividade. ● Resultado da regulação da libido, do desejo sexual, da atividade sexual, das relações românticas e das identidades.

Tais definições são importantes por considerar as relações comportamentais que interessam a uma Análise do Comportamento, mas sem individualizar as categorias sociais e sem tentar reduzir relações complexas a uma lista de classes comportamentais. Fundamentalmente, essas categorias identificam posições específicas de certas populações frente à cisheteronormatividade. Outros erros preocupantes são evitados, como o uso da frequência de atividade sexual como um critério para as orientações sexuais; afinal, o engajamento em atividades sexuais envolve escolhas pessoais, variações etárias, acordos internos nos relacionamentos, celibatos, e uma diversidade de outras possibilidades.

A distinção entre diferentes aspectos dos fenômenos relacionados às orientações sexuais responde à construção ideológica da noção atual do amor romântico (cisheteronormativo e monogâmico), que tende a reduzir a diversidade dessas questões a noções simplistas e binárias. Ao mesmo tempo, essa diferenciação também pode servir como alternativa a uma tendência histórica isolacionista da Análise do Comportamento, que envolve a tentativa de reduzir fenômenos que envolvem diferentes dimensões de análise (e.g., sociológicas, políticas ou biológicas) a explicações restritas ao nível comportamental. Esse tipo de erro de categoria, presente na história da Análise do Comportamento e nos campos psicológicos de maneira geral, é o que podemos chamar de psicologismo (Fernandes & Bulzico, 2024).

A proposta atual dá destaque a diferentes níveis de análise. As noções de desejo sexual e romanticidade tratam de maneira imediata do nível de análise próprio da Análise do Comportamento, uma vez que "disposições motivacionais" dizem respeito a variações temporalmente localizadas no comportamento da pessoa, produzidas por certas operações motivadoras: "eventos antecedentes com efeito momentâneo que (1) mudam a efetividade do estímulo consequente e (2) alteram a frequência da classe de resposta relacionada ao evento consequente" (Paixão Junior, 2025, p. 184). A definição de libido apresentada, por sua vez, é uma categoria fisiológica: trata-se de processos fisiológicos selecionados na história da espécie, relacionados às funções sexuais e reprodutivas do

organismo (ver Wallen, 2001). Essas mudanças de estado do organismo podem ou não cumprir o papel de uma operação estabelecedora para atividades sexuais em situações concretas e específicas, a depender de uma série de outros fatores históricos e contextuais, e é nessas relações de contingência específicas que tais fenômenos fisiológicos passam a fazer parte de uma explicação analítico-comportamental.

A atividade sexual, embora diga respeito a uma categorização das ações das pessoas, não pode ser suficientemente definida em termos de relações funcionais. Afinal, o que vem a ser concebido como prática sexual tende a variar de acordo com as diferentes sociedades e comunidades ao longo do tempo (Maior & Quinalha, 2024). Desse modo, tais definições devem ser compreendidas em sua dimensão sociológica ou histórica. O mesmo podemos compreender para a construção das identidades sexuais como categorias políticas.

Ao analisar o comportamento de uma pessoa em específico, profissionais da Análise do Comportamento devem levar em conta essas diferentes dimensões na medida em que elas compõem as suas relações comportamentais. Temos ferramentas para compreender, por exemplo, a formação da identidade na história de vida da pessoa (ver Lopes & Laurenti, 2024), ou como processos fisiológicos passam a fazer parte das relações de contingência comportamental (ver Leonardi & Bravin, 2011). A questão central é que não devemos perder de vista que uma compreensão rigorosa do campo da sexualidade e das orientações sexuais dissidentes como categorias políticas deve considerar outros níveis de análise e campos do conhecimento envolvidos.

As experiências da sexualidade humana podem ser mitigadas ou potencializadas de acordo com complexos arranjos de contingências. Com a crescente preocupação acerca de temas que visam desconstruir concepções normativas, os instrumentos das ciências comportamentais podem ser utilizados justamente para a pluralização destas vivências. As vivências coletivas são parte importante de tais movimentos de ruptura, como propõe Barbosa (2022):

> A resistência como um conjunto complexo de repertórios comportamentais, situados em momentos históricos específicos, tendo um significado compartilhado socialmente entre praticantes, poderia tratar de algo mais complexo do que repertórios comportamentais individuais e particulares, logo, mais potente (p. 77).

Essa admissão compreende que a constituição de comunidades capazes de criar e compartilhar os significados necessários ao processo de resistência são essenciais para a manutenção e eficácia deste. A ideia de coalizões (Couto et al., 2021; Lugones, 2003), por exemplo, propõe a articulação de movimentos sociais ou de espaços de resistência, parte da própria concepção de que identificações entre pessoas, compartilhando espaços de aprendizagem, de escuta, de partilha, de criações comunicativas, podem estabelecer práticas que criem uma lógica, inclusive, com um sistema de valores e de critérios diferentes.

Uma questão que se coloca, então, é sob quais condições a Análise do Comportamento compõe uma comunidade de resistência. Quando suas análises e procedimentos prescindem a um exame rigoroso de a quem beneficiam ou impactam ou, ainda, quando as discussões carecem de uma análise concreta das contingências sociais historicamente constituídas (Melo e Fernandes, 2025) que produzem sofrimento, silenciamento e subordinação, corre-se o risco de reiterar formas de ajustamento às contingências opressivas. Entretanto, quando orientada por compromissos ético-políticos explícitos, a Análise do Comportamento pode contribuir para tornar visíveis as contingências de dominação e fortalecer práticas coletivas de contracontrole político e criação de

outros modos de relação.

Considerações finais

Este trabalho percorreu um itinerário crítico que torna evidente o momento de necessária autocrítica e reconstrução epistemológica que vive a Análise do Comportamento em relação às dissidências de gênero e sexualidade. Nosso objetivo foi examinar elementos da teoria comportamentalista radical capazes de sustentar uma práxis politicamente engajada com populações sexualmente dissidentes, e que estivesse vinculada a uma compressão complexa e historicizada sobre as orientações sexuais. Embora a trajetória da área esteja historicamente maculada por práticas discriminatórias e pelo uso de tecnologias coercitivas voltadas à "reorientação sexual", o comportamentalismo radical oferece fundamentos robustos para uma práxis politicamente engajada. A problematização do essencialismo revelou que a redução da sexualidade a uma "natureza interna" é um produto de discursos científicos normatizadores que o movimento LGBTQIA+ brasileiro muitas vezes adota como estratégia de sobrevivência, ainda que ao custo de uma despolitização.

Ao propormos uma síntese multidimensional que distingue criteriosamente libido, desejo, atividade sexual, romanticidade e identidade política, até então ausente nas formulações analítico-comportamentais, buscamos superar os reducionismos individualizantes e situar a orientação sexual como um fenômeno relacional, mutável e fluido perante a cisheteronormatividade. Em última instância, a explicitação dos compromissos ético-políticos da ciência é apresentada não como uma opção, mas como o requisito fundamental para que a Análise do Comportamento funcione como ferramenta de resistência coletiva e transformação das estruturas sociais injustas.

Os princípios comportamentais já serviram amplamente aos esforços contrarrevolucionários, isto é, à manutenção de condições opressivas. Isso acontece, especialmente, quando os compromissos ético-políticos e os comprometimentos filosóficos não são colocados como parte fundamental do empreendimento técnico-científico. Sem essas análises, os princípios comportamentais podem – como já foram – ser usados para mudar o comportamento sem a avaliação dos efeitos que isso produzirá, especialmente para populações marginalizadas (com menor acesso ao controle das contingências). Uma proposta analítico-comportamental sobre orientação sexual informada por tais exames pode orientar interpretações dos fenômenos comportamentais da sexualidade comprometidas com uma mudança de paradigma em prol das populações dissidentes.

Declaração de Contribuição de Autoria CRediT

Todos os autores creditados no presente trabalho fizeram contribuições substanciais para a concepção e elaboração do trabalho e para a redação e revisão crítica do manuscrito. Todos aprovaram a versão a ser publicada e se responsabilizam pelo conteúdo intelectual e demais aspectos do trabalho.

Declaração de Conflito de Interesses

Os autores declaram não ter conhecimento de conflitos de interesse.

Nota dos autores:

O segundo autor contou, no período de elaboração do presente trabalho, com financiamento por meio da bolsa de doutorado CNPq (processo 165674/2021-0).

Agradecimentos

Agradecemos ao colega Thainã Eloá da Silva Dionísio pelas contribuições e interlocuções nas discussões iniciais que subsidiaram a elaboração deste artigo.

Referências

Baires, N. A., & Koch, D. S. (2020). The Future Is Female (and Behavior Analysis): A Behavioral Account of Sexism and How Behavior Analysis Is Simultaneously Part of the Problem and Solution. *Behav Analysis Practice, 13*, 253–262. https://doi.org/10.1007/s40617-019-00394-x

Barbosa, D. S. (2022). *Considerações analítico-comportamentais sobre a resistência feminista: Uma interlocução a partir de María Lugones* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório Institucional da Universidade Estadual de Londrina. https://repositorio.uel.br/handle/123456789/8969

Benetelli, E., & Laurenti, C. (2025). Declarações de Skinner sobre a ciência e suas implicações epistemológicas. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *27*(1), 96-112. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v27i1.2001

Braga, I. F., Melo, K. M. M., Monzeli, G. A., Leite Junior, J. D., Farias, M. N., & Correia, R. L. (2020). Crise da democracia brasileira e o cotidiano de pessoas dissidentes de gêneros e sexualidades: Reflexões baseadas na terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, *28*(2), 693–705. https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1958

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.

Carvalho, M. R. A, Silveira, J. M., & Dittrich, A. (2013). Tratamento dado ao tema "Homossexualidade" em artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: Uma Revisão Crítica. Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 7(2), 72-81. https://doi.org/10.18542/rebac.v7i2.1451

Chen. A. (2020). *Ace: What asexuality reveals about desire, society, and the meaning of sex*. Beacon Press.

Connell, R. W. (2005). *Masculinities* (2ª Ed.). University of California Press. (Publicação original de 1995)

Couto, L., Soares, A., & Livramento, B. (2021). Presidencialismo de coalizão: Conceito e aplicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, *(34)*, 1–39. https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.241841

Davis, A. (2017). *Mulheres, cultura e política*. Boitempo Editorial.

Dionísio, T. (2021). *Caracterização da binegatividade na comunidade LGBTI+* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório Institucional da Universidade Estadual de Londrina. https://repositorio.uel.br/handle/123456789/8785

Eagly, A. H., & Mladinic, A. (1989). Gender stereotypes and attitudes toward women and men. *Personality and Social Psychology Bulletin, 15*(4), 543–558.

Fazzano, L. H., Mena, I. M., Dionísio, T. E. S., & Gallo, A. E. (2020). Análise do comportamento e população LGBT: Revisão das produções de pós-graduação no Brasil. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *11*(1), 52–62. https://doi.org/10.18761/PAC.2020.v11.n1.05

Fernandes, D. M., & Bulzico, F. (2024). Teorias Psicológicas e Teorias Sociais: Em Busca da Sintonia Fina. *Acta Comportamentalia*, *32*(4), 607–624. https://doi.org/10.32870/ac.v32i4.88492

Ferreira, T. S. (2013). "Nascemos assim!": O movimento LGBT brasileiro e o perigo da estratégia essencialista (1978–2012). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, *7*(13), 1-20.

Flores Júnior, C. R., & Laurenti, C. (2025). Dimensões ético-políticas em publicações da análise do comportamento brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 26(1), e242013. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v26i1.2013

Flores Júnior, C. R., Barbosa, D. S. & Laurenti, C. (2021). Autonomia, educação e compromisso social: Convergências ontológicas entre Paulo Freire e o Comportamentalismo Radical. *Revista brasileira de Análise do Comportamento, 17*(2), 207–218. http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11016

Flores Júnior, C. R., Laurenti, C., Borba, A., & Tourinho, E. Z. (2024). Rumo a uma Psicologia Social Comportamentalista Radical. *Acta Comportamentalia*, *32*(4), 647–666. https://doi.org/10.32870/ac.v32i4.88494

Fontana, J., & Laurenti, C. (2020). Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: Uma interpretação comportamentalista. *Acta comportamentalia, 28*(4), 499–515. http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/77327

Guerin, B. (2021). *Turning psychology into a social science*. Routledge.

Harding, S. (2012). ¿Una filosofía de la ciencia socialmente relevante? Argumentos en torno a la

controversia sobre el punto de vista feminista. Em N. Blazquez Graf, F. Flores Palacios, & M. Ríos Everardo (Coords.), *Investigación feminista: Epistemología, metodología y representaciones sociales* (2ª ed., pp. 39–65). Universidad Nacional Autónoma de México.

Harding, S. (2017). Latin american decolonial studies: Feminist issues. *Feminist studies, 43*(3), 624–636. https://doi.org/10.15767/feministstudies.43.3.0624

Holland, J. (1974). Are behavioral principles for revolutionaries? In F. Keller, E. Iñesta (Orgs.), *Behavior modification: Applications to education* (pp. 195–208). Academic Press.

Holland, J. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analisys, 11*(1), 163–174.

Laurenti, C. (2012). O Lugar da Análise do Comportamento no Debate Científico Contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28*(3), 367–376. https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000300012

Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2022). Uma Análise do Comportamento Contracultural: Perspectivas e Desafios. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *13*(1), 025–040. https://doi.org/10.18761/DH00024.jan22

Laurenti, C. (2023). Contributions of a "Brazilianized" Radical Behaviorist Theory of Subjectivity to the Feminist Debate on Women. *Social Sciences*, *12*(11), 1-19. https://doi.org/10.3390/socsci12110641

Leonardi, J. L., & Bravin, A. A. (2011). Uma introdução à farmacologia comportamental. *Interação em Psicologia*, *15*(2), 193-201. https://doi.org/10.5380/psi.v15i2.20514

Lessa, S. (2012). *Abaixo a família monogâmica!*. Instituto Lukács.

Lopes, C. E., & Laurenti, C. (2016). Da neutralidade à política. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, *18*(esp.), 6–10. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.858

Lopes, C. E., & Laurenti, C. (2024). A Construção Política do "Eu" no Comportamentalismo Radical: Opressão, Submissão e Subversão. *Acta Comportamentalia*, *32*(1), 73-91. https://doi.org/10.32870/ac.v32i1.87867

Lugones, M. (2003). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*. Rowman & Littlefield.

Luz, B. P., & Toresan, L. E. (2020). Homossexualidade, Psicopatologia e Saúde Mental. *Psicopatologia crítica: Perspectivas do Sofrimento Existencial*, *1*(1). https://koan.emnuvens.com.br/psicopato/article/view/48

Maior, P. S., & Quinalha, R. (2023) *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil*. Elefante.

Maio, T. P., & Lopes, C. E. (2024). Análise do Comportamento e Terapia de Reorientação Sexual: Resgatando um debate. *Acta Comportamentalia*, *32*(4), 565–585. https://doi.org/10.32870/ac.v32i4.88490

Malacrida, G., & Laurenti, C. (2018). Uma análise do conceito de "eu" nos textos de B. F. Skinner. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *14*(1), 69–78. http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v14i1.7160

Malott, R. W. (1996). A behavior-analytic view of sexuality, transsexuality, homosexuality, and heterosexuality. *Behavior and Social Issues*, *6*(2), 127–140. https://doi.org/10.5210/bsi.v6i2.288

Melo, C. M. de, & Fernandes, D. M. (2025). "The question of control" to the Palestinian Question: Giving substance to Skinnerian abstract analysis of social control. *Perspectivas em Análise do Comportamento, 16*(2), 142–154. https://doi.org/10.18761/AB50CMMDM01

Miskolci, R., & Pelúcio, L. (2006). Fora do sujeito e fora do lugar: Reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Gênero*, *6*, 255–267.

Mizael, T. M., & de Rose, J. C. (2017). Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios. *Acta Comportamentalia* , *25*(3), 365–377.

Mizael, T. M. (2018). Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: Análise da produção científica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *9*(1), 15–28. https://doi.org/10.18761/PAC.2017.011

Nicolodi, L., & Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: Contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In R. Pinheiro & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento* (pp. 67–86). Imagine Publicações.

Paixão Junior, F. D . (2025). Studies on Motivating Operations in Brazil: publications produced between 2000 and 2022. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *17*(2), 182-194. https://doi.org/10.18761/PACms1155

Pessotti, I. (2016). Análise do Comportamento e

Política. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, *18*(esp.), 95–103. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.848

Pinheiro, R., & Mizael, T. M. (Orgs.). (2019). *Debates sobre feminismo e análise do comportamento*. Imagine Publicações.

Pinheiro, R., & Mizael, T. M. (Orgs.). (2023). *Debates sobre feminismo e análise do comportamento: Volume 2*. Instituto Par Ciência e Tecnologia do Comportamento.

Ruiz, M. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues, 5*(2), 29–44. https://doi.org/10.5210/bsi.v5i2.221

Saffioti, H. I. (1987). *O poder do macho*. Moderna.

Sartor, A. G., & de Jesus, J. G. (2022). Diferença e diversidade: Perspectivas transfeministas na compreensão da categoria "gênero". *Brazilian Journal of Development*, *8*(2), 12778–12785.

Sellers, T.P., Seniuk, H.A., Lichtenberger, S.N. et al. The History of the Behavior Analyst Certification Board's Ethics Codes. Behav Analysis Practice 18, 650–660 (2025). https://doi.org/10.1007/s40617-023-00803-2

Silva, E. (2021). *Compatibilidades entre agência feminista e comportamentalismo radical*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório Institucional da Universidade Estadual de Londrina. https://repositorio.uel.br/handle/123456789/13922

Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior* (R. M. Elliot, Ed.). Appleton-Century-Cros.

Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior.* Simons and Schuster. (Publicação original de 1953)

Sousa Filho, A. de. (2012). A política do conceito: Subversiva ou conservadora? Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. *Bagoas: Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades*, *3*(4), 59–78. https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2296

Wallen, K. (2001). Sex and context: Hormones and primate sexual motivation. *Hormones and Behavior*, *40*, 339-357. https://doi.org/10.1006/hbeh.2001.1696

Weeks, J. (2010). O corpo e a sexualidade. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 35–82). Autêntica.

Wolpert, R. (2005). A multicultural feminist analysis of walden two. *The Behavior Analyst Today*, *6*(3), 186–190. http://dx.doi.org/10.1037/h0100063

Zin, G. O., Gama, V. D., & Reis, M. J. D. (2022). Self e transgeneridade: Contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *13*(1), 007–024. https://doi.org/10.18761/DH000167.set21